

ACERTO DE CONTAS: *Líderes no Congresso temem prejuízo para candidatos governistas*

ACM e Inocêncio pedem a FH que adie anúncio do ajuste para semana que vem

Com as metas, bancos já projetam déficit nominal menor para o ano que vem

• BRASÍLIA e SÃO PAULO. Os líderes do Governo no Congresso convenceram ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso a adiar o anúncio das medidas do ajuste fiscal para a semana que vem. O argumento dos líderes é político. A menos de uma semana das eleições, o anúncio de duras medidas de ajuste e corte nos gastos prejudicaria os candidatos governistas que disputam o segundo turno nos estados.

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira (PE), conversaram com o presidente em Brasília. Os demais líderes evitaram Brasília,

permaneceram em seus estados, como estratégia para esvaziar uma possível reunião com Fernando Henrique que estava marcada para hoje. Inocêncio de Oliveira, porém, já começou ontem a detalhar os pontos que pretende negociar com o Governo.

ACM evita controvérsia sobre Fundo de Compensação Fiscal

O líder do PFL quer que o Governo envie junto com as medidas a proposta de um Fundo de Compensação Fiscal para diminuir as eventuais perdas para Governos estaduais e municipais.

Com base nas metas fiscais anunciadas ontem, os bancos es-

timam que o déficit nominal (que considera o pagamento de juros) possa ficar entre 4,5% e 5,1% do PIB em 1999 — contra os 7,3%, em média, projetados para este ano. O melhor resultado nos últimos anos foi alcançado em 1996, quando o Governo fechou suas contas com déficit de 5,9%.

— A redução não será maior porque a dívida vai continuar tendo peso substancial na condução da política econômica — diz o economista-chefe do Pontual, Carlos Guzzo, que espera déficit nominal de 5,1% para 1999.

O Governo paga hoje juros anuais de R\$ 55 bilhões para financiar uma dívida em títulos

que chega a R\$ 304 bilhões. Segundo Guzzo, o Governo deve enfrentar dificuldades para reduzir no curto prazo as taxas de juros.

Déficit nominal poderia ficar entre 4,5% e 5,1% do PIB

Para o economista-chefe do Banco Santander, Dany Rappaport, a definição das metas de superávit deve facilitar a negociação do pacote com o Congresso. Para 1999, ele trabalha com déficit nominal de 4,5% do PIB.

— Contando com o sucesso das novas medidas econômicas, o país pode chegar ao ano 2001 com um déficit nominal inferior a 3% — afirma. ■